

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

**Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco
ou o MME:**

VEÍCULO: Folha de São Paulo	5
Título: Leilão de distribuidoras da Eletrobras será no dia 26 de julho	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	11
Título: Risco à Renca faz MPF pedir revisão do Código de Mineração	10
VEÍCULO: O Valor	12
Título: Setor se articula para facilitar privatização de distribuidoras	11
Título: MME prorroga atendimento da Eletrobras a subsidiárias	18

Sumário

VEÍCULO: Folha de São Paulo	3
Título: Frete acompanha aumento do preço do diesel	3
Título: Leilão de distribuidoras da Eletrobras será no dia 26 de julho	5
Título: Pedro Parente vai assumir BRF por um ano	6
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	7
Título: Importador pode deixar mercado de diesel	7
Título: Duas semanas após deixar Petrobrás, Pedro Parente assume comando da BRF	9
Título: Risco à Renca faz MPF pedir revisão do Código de Mineração	10
VEÍCULO: O Valor	11
Título: Setor se articula para facilitar privatização de distribuidoras	11
Título: Aquecimento global ameaça crescimento Valor Econômico	14
Título: Projeto sobre uso dos royalties	15
Título: MME prorroga atendimento da Eletrobras a subsidiárias	18
Título: Sancionada venda direta do óleo do pré-sal	19

Título: Americanos dependem do alumínio do Brasil, diz Abal	20
VEÍCULO: O Globo.....	21
Título: Troca de comando na BRF	21
VEÍCULO: Correio brasiliense.....	24
Título: Edital da Eletrobras sai hoje.....	24

VEÍCULO: Folha de São Paulo**Seção: Mercado****Autor: Natália Portinari e Gustavo Fioratti****Título: Frete acompanha aumento do preço do diesel**

Transportadoras têm contratos com reajustes automáticos; autônomos, porém, relatam dificuldades para repassar

São Paulo - Os sucessivos aumentos no preço do óleo diesel têm sido repassados no preço de transporte rodoviário, considerando as médias praticadas nos últimos anos.

De 2010 a 2017, o custo do transporte aumentou 39,8%, de acordo com a EsalqLog, da USP (Universidade de São Paulo). No mesmo período, o preço do frete praticado no mercado aumentou 44%.

Aparcela do custo do combustível representa cerca de 38% do custo do transporte rodoviário. Já a mão de obra corresponde a 14,5%, ainda segundo a EsalqLog.

A EsalqLog identificou impacto do diesel no custo de transporte em seis rotas de exportação de açúcar e grãos.

Em todas as rotas mapeadas, ocorreu repasse e a média dos preços praticados no mercado aumentou.

De junho do ano passado a maio deste ano, porém, com um aumento de 23% no preço do diesel, o repasse foi menor em algumas rotas estratégicas para o escoamento de grãos.

Houve 12% de altano preço cobrado pela rota de Rondonópolis (MT) para Paranaguá (PR), de acordo com levantamento do Imea (Instituto Ma-to-Grossense de Economia Agropecuária), cerca de metade da altano combustível.

Os maiores prejudicados nesses casos pontuais são os caminhoneiros autônomos, já que as transportadoras têm contratos com reajuste automático de acordo com o preço dos combustíveis e dos pedágios nas estradas.

"É uma frota de 2,7 milhões de veículos no país. Nesse cenário, há muita concorrência e é muito difícil impor um tabelamento de preços, como quero o governo", afirma Thiago Guilherme Péra, coordenador técnico do EsalqLog.

O movimento nas estradas hoje é 26% inferior ao período de 2003 a 2007, mas a frota de caminhões aumentou 62%, gerando excesso de oferta.

"É uma questão de oferta e demanda. Na safra, os caminhoneiros não têm dificuldades em repassar os aumentos, mas em períodos de movimento menor, como o fim do ano, é mais difícil." "Muitas vezes o caminhoneiro autônomo absorve o custo na estrutura dele, mas é difícil quantificar o quanto foi repassado, já que o preço é composto por outros fatores." Para o caminhoneiro autônomo Wallace Landim, o "Chorão", que liderou manifestações durante a paralisação de caminhoneiros em maio, a dificuldade está na entressafra, quando o movimento é menor nas estradas. "Na safra falta caminhão e os caminhões somem, daí é ótimo. O problema é quando sobra caminhão, por isso estamos brigando por esses preços mínimos", diz.

Para autônomo, excesso de oferta dificulta repasse

O caminhoneiro baiano Joatam dos Santos, 38, foi prejudicado pela alta do combustível no último ano. Autônomo e dono de um caminhão de três eixos, ele tem ao menos dois clientes fiéis: transporta mamão do sul da Bahia até São Paulo e volta para seu estado de origem com ração para gatos e cachorros.

Para demonstrar a perda que teve entre maio de 2017 e o auge da crise dos caminhoneiros, em maio, ele detalhou suas contas para a Folha. Santos cobra R\$ 3.000 por frete e faz seis fretes por mês. O valor não subiu no último ano por causa da oferta de mão de obra na região onde trabalha. "Se eu subo o valor, outro pega o serviço", diz.

A perda foi causada principalmente pela alta do diesel. Com o reajuste diário, ele saía da Bahia achando que ganharia um valor e chegava a São Paulo com outro no bolso.

Em cada frete, o caminhoneiro roda 1.600 km em cerca de quatro dias. São 500 litros por viagem. Santos diz que, há um ano, conseguia pagar R\$ 2,90 no litro. No quinto dia de paralisação, um posto na via Dutra, ao lado dele, marcava o diesel a R\$ 3,90. Hoje, esse valor recuou para R\$ 3.

O faturamento de Joatam permaneceu igual, mesmo com a variação diária do diesel: R\$ 18 mil. A renda mensal do caminhoneiro no início de 2017 era de cerca de R\$ 5.300, e esse valor despencou para R\$ 2.300 no auge da crise. Hoje, com a redução do preço do diesel após ação do governo, sua renda voltou a R\$ 5.000.

Dos R\$ 3 mil por frete, ele subtraía R\$ 1.450 de combustível. O valor passou a R\$ 1.950 no período da paralisação.

O motorista ainda é responsável por pagar pedágio (R\$ 380, por um trecho, ou R\$ 2.280, pelos seis) e dele são cobrados até os banhos (R\$ 5 cada, ou R\$ 20 por viagem, ou R\$ 120 mensais). Santos não incluiu refeições na conta.

As despesas não acabam por aí. O caminhoneiro ainda paga mensalmente R\$ 700 de seguro e R\$ 700 nas trocas mensais de óleo. Entre as taxas, anualmente, diz que paga R\$ 400 de inspeção veicular, R\$ 1.350 de IPVA. São esses custos, entre outros, que explicam a diferença entre o faturamento e a renda mensal do caminhoneiro.

VEÍCULO: Folha de São Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Leilão de distribuidoras da Eletrobras será no dia 26 de julho

Rio de Janeiro - O governo agendou para o dia 26 de julho o leilão de seis distribuidoras de eletricidade controladas pela Eletrobras.

Os editais dos leilões serão publicados nesta sexta-feira (15). Nesta quinta (14), o Ministério de Minas e Energia solicitou à estatal que prorrogue o prazo de liquidação das companhias.

O objetivo é ganhar tempo para concluir o processo de privatização das empresas. A Eletrobras havia definido que devolveria as concessões no dia 31 de julho.

Com atrasos no processo de privatização, porém, a avaliação é que não será possível concluir a transferência do controle das empresas até a data marcada.

Assim, o prazo será estendido para evitar interrupção nos serviços. A Eletrobras vai vender seis distribuidoras, que operam em Roraima, Rondônia, Amazonas, Acre, Alagoas e Piauí. Os leilões devem ser realizados no dia 26 de julho.

As empresas foram transferidas à estatal após o processo de privatização do setor, nos anos 1990, e vêm registrando prejuízos recorrentes. O governo alega que a iniciativa privada pode aumentar a eficiência das operações.

As distribuidoras serão vendidas pelo valor simbólico de R\$ 50 mil, além do compromisso com investimentos na melhoria do serviço prestado.

Para limpar o balanço das empresas, a Eletrobras assumiu cerca de R\$ 11 bilhões em dívidas.

VEÍCULO: Folha de São Paulo

Seção: Mercado

Autor: Raquel Landin

Título: Pedro Parente vai assumir BRF por um ano

A avaliação é que, como presidente da empresa e do conselho, terá o maior desafio de sua carreira de gestor de crises

São Paulo - O executivo Pedro Parente aceitou nesta quinta-feira (14) assumir a presidência executiva global da BRF, gigante formada pela fusão de Sadia e Perdigão, pelos próximos 12 meses, num desafio que promete ser um dos mais complicados de sua bem sucedida carreira como gestor.

Ele queria mais tempo com a família e relutava em aceitar o cargo logo após deixar o comando da Petrobras, mas foi convencido a tocar a BRF por um período de um ano, enquanto prepara seu sucessor e lidera o processo de reorganização da empresa.

A previsão é que a sua posse ocorra já na próxima segunda-feira (18).

Parente também vai acumular a função de presidente do conselho de administração da BRF, posto que já ocupava desde 26 de abril no lugar do empresário Abílio Diniz, para evitar reabrir um conflito entre os principais acionistas. Havia dúvidas se sua saída do conselho detonaria uma nova troca de todo o colegiado.

Parente tem longa experiência empresarial, considerada impressionante pelo mercado em particular no que se refere à solução de crises.

Foi o responsável por gerir o apagão de energia elétrica do governo Fernando Henrique, comandou a Bunge Alimentos, o grupo RBS e recuperou a Petrobras após o escândalo da Lava Jato.

Sua tarefa na BRF, no entanto, promete ser ainda mais complicada. As duas gigantes tem problemas parecidos — endividamento alto e resultados operacionais ruins — mas não dispõe das mesmas ferramentas resolvê-los.

Sob o comando de Parente, a Petrobras acelerou o plano de venda de ativos, o que reduziu o endividamento, e racionalizou a política de preços, que sangrava a companhia. O executivo, inclusive, renunciou à presidência da estatal após perder a autonomia para determinar preços, após a greve dos caminhoneiros.

Já a BRF não possui tantos ativos fora do seu "core business" para vender - os principais, como a fabricante de lácteos Elegê, foram transacionados anos atrás - e só vai conseguir reajustar preços no médio e longo prazo, se for bem sucedida em voltar a ganhar participação de mercado.

Segundo analistas que acompanham de perto a companhia, Parente terá três grandes desafios à frente da BRF depois da desastrosa gestão de Abilio e do fundo Tarpon. O primeiro é remontar o comando da companhia, que hoje tem várias vagas estratégicas em aberto como as diretorias de marketing, operacional, compliance (que trata de transparência) e jurídico.

O segundo desafio é ajustar a estrutura de capital da BRF. A empresa não possui um problema imediato de liquidez, porque sua dívida de curto prazo ainda é inferior a sua disponibilidade de caixa, mas a situação está longe de ser confortável.

Na gestão Abilio, a dívida líquida da BRF saltou de R\$ 4,3 bilhões em 2003 para R\$ 13,3 bilhões em 2017. A empresa realizou 15 aquisições no exterior nesse período, por cerca de R\$ 5 bilhões, e promoveu um programa agressivo de recompra de ações, gastando mais R\$ 4,5 bilhões.

O terceiro desafio é reduzir os custos operacionais da gigante de alimentos, melhorando a eficiência das fábricas, e retomar a participação de mercado perdida para concorrentes como a Seara. Nos últimos dois anos, a BRF queimou caixa e acumulou prejuízos anuais próximos de R\$ 1 bilhão.

E tudo isso em um cenário bastante adverso. A companhia hoje sofre com a alta dos custos dos grãos, principalmente milho e soja, com o bloqueio do mercado europeu à carne de frango brasileira por causa da Operação Carne Fraca, com ameaças de perda de espaço na Arábia Saudita, além do impacto da greve dos caminhoneiros, que ainda não foi calculado, mas reduziu exportações e provocou a morte de animais.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes / RIO

Título: Importador pode deixar mercado de diesel

Empresas dizem que negócio ficou inviável depois de acordo com caminhoneiros

O acordo fechado pelo governo com os caminhoneiros para acabar com a greve no mês passado gerou uma distorção no mercado de óleo diesel. Responsáveis pelo fornecimento de 27% do combustível comercializado no Brasil, os importadores ameaçam abandonar o mercado sob alegação de que o negócio deixou de ser lucrativo. A conta deve cair no colo da Petrobrás, que ficará com o ônus de garantir o abastecimento à população.

Sem muita margem para produzir mais em suas refinarias, caberá à petroleira recorrer ao produto de outros países, o que, segundo especialistas, pode ser um retrocesso a um período em que a estatal perdia dinheiro com a venda de combustíveis. Para garantir o desconto para os consumidores, o governo instituiu um preço de referência a ser perseguido pela Petrobrás e importadores desde a última sexta-feira.

Se essas empresas venderem a um valor menor do que esse preço de referência recebem um subsídio do Tesouro, no limite de R\$ 0,30 por litro. Segundo as importadoras, essa nova política, válida até o fim do ano, significa perda de margem de lucro de 3% a 5%, dependendo do porto aonde o combustível chega.

Dizem também que, dessa forma, não vale a pena levar o negócio adiante por não conseguirem cobrir seus custos. Cálculo do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE) confirma projeção de perda. A Petrobrás não se posicionou. "Os preços de referência (estabelecidos pela ANP) são menores que o da paridade internacional, o que inviabiliza a importação e gera risco de desabastecimento no País", diz o presidente da Associação Brasileira de Importadores de Combustíveis (Abicom), Sérgio Araújo.

Ele também acredita que, para evitar o desabastecimento de diesel, a Petrobrás será convocada a preencher a lacuna deixada pelas comercializadoras e a ampliar sua importação, o que deve afetar o caixa da petroleira. Estoque. Desde sexta-feira, as importadoras trabalham exclusivamente com o que têm em estoque e apenas por esse volume receberão o subsídio do governo.

A avaliação do consultor Adriano Pires, diretor do CBIE, é que essas empresas são mais afetadas pela nova política de preço porque seus custos são maiores e porque elas têm menos fôlego que a estatal para aguardar o prazo de 30 dias para receber o subsídio do governo. Entre os especialistas consultados pelo Estadão/Broadcast, é consenso que a solução do abastecimento com uma possível saída de cena das importadoras passará pela estatal.

"No fim, quem vai importar é a Petrobrás, o que vai contra a estratégia econômica da empresa. Se fizer isso, será por imposição do acionista principal, a União, e não por interesse próprio", avalia o professor da USP, Edmilson Moutinho. Desde julho de 2017, a Petrobrás reajusta os preços dos combustíveis seguindo as variações do petróleo no mercado internacional e do câmbio.

Assim, aos poucos, refez o caixa para compensar perdas do passado, quando os valores permaneceram congelados. Para David Zylbersztajn, ex-diretor geral da ANP, "tem muito choro" na fala da Abicom e o mais importante seria "abrir as

contas" para saber se o negócio deixou realmente de ser atrativo. Ele diz ainda "que a Petrobrás tem condição de suprir o mercado interno" e evitar um desabastecimento.

Fonte da estatal que não quis se identificar afirmou que, para ampliar a importação de diesel, a companhia deve ser provocada pelas empresas distribuidoras, que repassam o produto para os postos revendedores. Até agora, no entanto, isso não aconteceu, diz a fonte. Entre a compra do combustível e a entrega num porto brasileiro são necessários cerca de 40 dias. Isso significa que se a Petrobrás quiser compensar a fatia de mercado deixada pelas importadoras deve começar a se movimentar nos próximos dias.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Mônica Scaramuzzo

Título: Duas semanas após deixar Petrobrás, Pedro Parente assume comando da BRF

Troca. Indicado por unanimidade, executivo teve aval da Comissão de Ética do Planalto e vai acumular a função com a presidência do Conselho da companhia; Parente tem entre os desafios reverter prejuízos, retomar mercados e trocar executivos da empresa

Pedro Parente foi indicado ontem como presidente global da BRF, apenas duas semanas após deixar o comando da Petrobrás, conforme antecipou o Estadão/Broadcast. Parente, que assumirá o cargo na segunda-feira, acumulará a função de presidente do conselho de administração da companhia, dona das marcas Sadia e Perdigão e maior exportadora global de frangos.

Entre os seus principais desafios estão reverter os resultados negativos da companhia, que registra prejuízo por dois anos consecutivos, traçar um plano para controle de qualidade dos produtos, além de retomar os mercados que fecharam as portas à empresa no exterior, segundo fontes a par do assunto.

Relançamentos de produtos no País e troca de executivos do grupo também estão entre as prioridades, apurou o Estado. Em comunicado ao mercado, o conselho de administração informou que Parente foi indicado por unanimidade. Ontem, o executivo teve o aval da Comissão de Ética Pública da Presidência da República para exercer as novas funções. Sucessão.

Inicialmente, ele acumulará os dois cargos por 180 dias – prazo que poderá ser prorrogado por um ano. Parente cuidará diretamente da preparação de seu

sucessor no comando da BRF nos próximos meses e vai liderar o processo de reorganização do grupo, como a escolha de novos executivos em posições-chave e questões ligadas à governança do grupo.

Lorival Nogueira Luz Jr, que tinha assumido o cargo interinamente, após a saída de José Drummond, em abril, será responsável pela gestão operacional da empresa. Augusto Cruz, vice-presidente do conselho de administração, passará a elaborar a pauta das reuniões do colegiado. As ações da empresa fecharam com forte alta ontem, de 3.37%, a R\$ 20,87, impulsionadas pelas notícias de que ele iria para o comando da empresa.

Renúncia. Parente renunciou à presidência da Petrobrás no dia 1º de junho, em meio à turbulência com a greve dos caminhoneiros, que paralisou o País por 10 dias. Uma semana antes, foi a público para avaliar que estatal iria congelar os preços do diesel, uma decisão que contrariou suas próprias diretrizes. Sob sua gestão, a petroleira adotou política de reajustes diária dos combustíveis e a não ingerência do governo na estatal.

A ida de Parente para BRF é a aposta dos principais acionistas da companhia e do mercado para que a empresa volte a gerar resultados. No comando da Petrobrás, ele conduziu o processo de reorganização financeira da estatal e vendas de ativos não estratégicos. Na BRF, terá de conduzir mudanças operacionais e estruturais.

Após ter o seu nome envolvido na operação Carne Fraca, a BRF, que já enfrentava turbulências internas com a saída de executivos e resultados negativos, passou a sofrer embargos de países importadores e perdeu participação de mercado para o principal concorrente, como a JBS, dona da Seara.

Nesta semana, a empresa anunciou o fechamento da linha de produção de perus em Goiás. Entre as estratégias de expansão de mercado, estaria uma fusão com o frigorífico Minerva, conforme publicou o Estado. A BRF é acionista relevante da companhia. Desde o ano passado, investidores se aproximaram da empresa para propor a união dos dois negócios.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Metrópole

Autor: Giovana Girardi

Título: Risco à Renca faz MPF pedir revisão do Código de Mineração

Nove meses após o imbróglio em torno da tentativa de extinção da Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca), na Amazônia, que mobilizou artistas como Gisele Bündchen e fez o presidente Michel Temer recuar, o novo Código de Mineração trouxe o tema de volta à tona. O Ministério Público Federal (MPF) do Amapá pediu anulação de parte do decreto por entender que ele abre a possibilidade de exploração da área.

Publicado no Diário Oficial da União de anteontem, o decreto 9.406, em seu artigo 72, estabelece: “Em zona declarada reserva nacional de determinada substância mineral ou em áreas específicas objeto de pesquisa ou lavra sob o regime de monopólio, o Poder Executivo federal poderá, mediante condições especiais condizentes com os interesses da União e da economia nacional, outorgar autorização de pesquisa ou concessão de lavra de outra substância mineral, quando os trabalhos relativos à autorização ou à concessão forem compatíveis e independentes dos relativos à substância da reserva nacional ou do monopólio”.

Em outras palavras, com exceção do cobre, que dá o nome à Renca, seria possível fazer a concessão de lavra de outros minérios ali presentes, como ouro e nióbio, os minérios mais cobiçados. Essa é a interpretação feita pelo MPF do Amapá e também pelas equipes do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e do deputado federal Chico Alencar (PSOL-RJ). Este último entrou ontem com um projeto de decreto legislativo que susta os efeitos do artigo 72.

Ao Estado, o Ministério de Minas e Energia disse que o texto sobre o tema no novo decreto é o mesmo do artigo 120 do Decreto 62.934, de 1968. “Não houve qualquer alteração ou inovação no tratamento relativo à questão das Reservas Nacionais de Substâncias Minerais quando da assinatura do decreto que regulamentou o Código de Mineração esta semana.”

VEÍCULO: O Valor

Seção:

Autor: Rodrigo Polito, Cláudia Schüffner e Camila Maia

Título: Setor se articula para facilitar privatização de distribuidoras

Associações do setor elétrico estão se articulando para incluir uma proposta de solução para o problema do risco hidrológico no Projeto de Lei nº 10.332, de 2018, que possibilitará a privatização das distribuidoras da Eletrobras. O déficit do GSF (sigla em inglês para a relação entre a energia que as hidrelétricas de fato geraram e o montante que elas haviam comercializado), é responsável por uma inadimplência de R\$ 6,2 bilhões no mercado elétrico. O governo, no

entanto, é contrário a ideia e está buscando uma solução para o GSF no âmbito regulatório.

"Estamos tentando sensibilizar governo e parlamentares para equacionar o problema do GSF. E essa solução não traz nenhum impacto para o consumidor [no curto prazo]", afirmou o presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia Elétrica (Abraceel), Reginaldo Medeiros, ao **Valor**.

Segundo ele, o setor está se mobilizando para tentar inserir uma emenda de consenso no texto do PL 10.332 para solucionar o problema do GSF. O texto original já recebeu 26 propostas de emendas. É a terceira vez que o setor tenta uma solução para o risco hidrológico no período de um mês. O assunto estava previsto na MP 814 e depois foi feita uma tentativa de reapresentar a MP apenas com os artigos que tratavam do GSF.

Mário Menel, presidente do Fórum de Associações do Setor Elétrico (Fase), explicou que passou a semana tentando convencer o Congresso que o GSF está travando o mercado como um todo. "Afeta por exemplo o setor sucroalcooleiro, empresas de menor porte estão sem ter combustível para gerar e são credoras", disse Menel.

O texto original do PL prevê o equacionamento de pendências das distribuidoras da Eletrobras. Esse equacionamento é importante, por exemplo, para solucionar a dívida da estatal elétrica com a Petrobras pela compra de combustível para geração de energia no Norte, permitir a utilização de recursos da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) para aquisição de volumes de gás acima da capacidade instalada para geração térmica no Amazonas, entre outras questões que tornam as distribuidoras atrativas para o leilão, cujo edital estava previsto para ser publicado hoje.

Conforme antecipado ontem pelo **Valor PRO**, serviço de informações em tempo real do **Valor**, existem, no entanto, dois obstáculos para a estratégia das associações. O primeiro é que é preciso um amplo número de aprovação de parlamentares para que seja incluída uma emenda no PL das distribuidoras da Eletrobras, já que se trabalha com a possibilidade de trâmite de urgência urgentíssima.

O segundo é que o governo está dando prioridade à privatização das distribuidoras e que, por isso, quer evitar riscos de contaminação no PL dessas empresas, segundo apurou o **Valor**. "A prioridade do governo é aprovar a desestatização das seis distribuidoras", disse uma fonte a par do assunto.

Para outra fonte, a incorporação do tema do GSF no PL é "inconveniente" para a Eletrobras porque atrapalha o projeto. Consultado, o presidente da Câmara,

Rodrigo Maia (DEM-RJ), informou ao **Valor** que "em princípio, vai-se tratar apenas do assunto das seis distribuidoras" e que espera votar a urgência na terça-feira e o projeto de lei na quarta-feira. O maior risco, na avaliação do governo, seria a falta de apoio da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) à proposta de equacionamento do problema do GSF. Isso poderia afetar o trâmite do projeto na Câmara.

Durante as discussões da Medida Provisória 814, de 2017, que incluía uma proposta de solução do problema do GSF mas que acabou caducando, o diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, encaminhou ao Congresso um parecer sobre os impactos tarifários de cada item incluído na medida. E, segundo uma fonte, tudo o que o governo quer evitar neste momento pré-eleitoral são notícias sobre medidas que possam aumentar a tarifa.

Segundo Medeiros, é preciso que o governo se sensibilize para o caso do GSF. "O governo parece não compreender a dimensão dos problemas que a falta de solução para a paralisia do mercado elétrico brasileiro traz para o país. [O governo] teve diversas oportunidades de resolver a questão do GSF e nunca se interessou", completou.

A proposta para solucionar o problema do GSF prevê basicamente que as geradoras abram mão das liminares que hoje as protege de pagar os R\$ 6,2 bilhões na liquidação do mercado de curto prazo da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Em contrapartida, essas empresas teriam uma extensão do contrato de concessão de suas hidrelétricas.

Diante da preocupação de governo e parlamentares em não criar medidas que gerem aumento tarifário neste momento, as associações esperam não incluir nenhum outro ponto que estava na MP 814 no projeto de lei sobre a reforma do setor (apensado ao 1.917/2015). Sobre este PL, Medeiros disse que espera que ele seja aprovado até o fim deste mês.

Ainda sobre o GSF, o **Valor** apurou que o governo busca uma solução fora do Congresso. Uma reunião na Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a pedido do Ministério de Minas e Energia, com participação da Aneel e da CCEE, além de especialistas do setor tratou do tema. Ali foi defendido que o GSF seja resolvido por medidas infralegais que passem, em primeiro lugar, pela separação de eventos relacionados efetivamente ao risco hidrológico, dos causados por atrasos em linhas de transmissão, greves, e a geração fora da ordem de mérito, por exemplo.

Uma solução estrutural, segundo uma fonte, passa pela criação de um instrumento similar ao Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), criado quando a geração hídrica respondia por 90% da matriz elétrica brasileira,

quando agora a participação caiu para 65% em função da presença de térmicas, usinas eólicas e solares.

VEÍCULO: O Valor

Seção:

Autor: Alister Doyle

Título: Aquecimento global ameaça crescimento | Valor Econômico

O aquecimento global está no caminho de, por volta de 2040, ultrapassar a meta mais rigorosa estabelecida no Acordo de Paris - de conter o aumento da temperatura em 1,5° C - e ameaçar o crescimento econômico. É o que diz um relatório preliminar que é o maior alerta das Nações Unidas sobre os riscos da mudança climática.

Os governos ainda podem limitar o aumento da temperatura abaixo do teto de 1,5° C, acordado em 2015, com transições "rápidas e de longo alcance" na economia mundial, diz o relatório produzido pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), da ONU.

O esboço final do relatório, obtido pela Reuters e datado de 4 de junho, deve ser publicado em outubro na Coreia do Sul, depois de revisado e aprovado pelos governos. Será o principal guia científico de combate à mudança do clima.

"Se as emissões continuarem no ritmo atual, o aquecimento induzido pelo homem ultrapassará o 1,5° C em cerca de 2040", diz o texto, confirmando as conclusões de um esboço anterior, de janeiro. Esta versão é mais robusta e teve 25 mil comentários de especialistas do mundo todo.

O Acordo de Paris, adotado por 200 nações em 2015, estabeleceu uma meta de limitar o aumento da temperatura a algo "bem abaixo" de 2° C em relação aos tempos pré-industriais. Ao mesmo tempo, diz o acordo, "busca esforços" para a meta mais difícil, de 1,5° C.

O acordo foi enfraquecido depois que o presidente dos EUA Donald Trump decidiu, em 2017, retirar o país do acordo e promover os combustíveis fósseis no país.

As temperaturas já subiram cerca de 1° C e estão subindo a uma taxa de 0,2° C por década, segundo o documento. O relatório foi solicitado pelos líderes mundiais como parte do Acordo de Paris.

"O crescimento econômico projetado deve ser menor com o aumento de 2° C do que com 1,5° C para países desenvolvidos e em desenvolvimento", diz o texto. Enchentes e secas podem prejudicar a agricultura. Pode haver aumento de mortes por ondas de calor.

Em um mundo com aumento de temperatura de mais de 1,5° C, a elevação do nível do mar seria 10 centímetros menor que no caso dos 2° C. Isso significa expor cerca de 10 milhões de pessoas a menos nas áreas costeiras a riscos como enchentes, tempestades ou maresias danosas aos cultivos.

O documento diz ainda que as atuais promessas dos governos no Acordo de Paris são muito fracas para conter o aquecimento da temperatura a 1,5° C.

O porta-voz do IPCC Jonathan Lynn disse que não comentaria o conteúdo dos textos preliminares enquanto o trabalho ainda estiver em andamento.

O relatório esboça um novo cenário para o mundo ficar abaixo de 1,5° C. Inovações tecnológicas e mudanças no estilo de vida poderiam significar uma demanda de energia consideravelmente menor em 2050, mesmo com crescimento econômico crescente.

Não há indícios de que o relatório tenha sido enfraquecido pelas dúvidas de Trump de que a mudança climática seja impulsionada por gases de efeito estufa produzidos pelo homem.

O texto diz que as energias renováveis, como eólica, solar e hidrelétrica teriam que aumentar 60% em 2050 em relação aos níveis de 2020 para a temperatura ficar abaixo de 1,5° C, "enquanto a energia primária gerada pela queima do carvão diminui em dois terços".

VEÍCULO: O Valor

Seção:

Autor: Adriano Pires

Título: Projeto sobre uso dos royalties

A indústria petrolífera produz um impacto financeiro significativo, associado ao pagamento de impostos, contribuições sociais, taxas, e, sobretudo, participações governamentais, que incidem sobre a exploração e produção de petróleo. No Brasil, as participações governamentais, em especial os royalties e a participação especial, têm apresentado crescimento expressivo desde a sua implantação, com a Lei do Petróleo em 1998. A elevação do preço internacional da commodity e o aumento da produção doméstica, afetaram positivamente as compensações financeiras pela exploração de petróleo e gás, e as receitas de

royalties e de participação especial apresentaram um crescimento de 24,5% ao ano entre 1999 e 2014, saltando de R\$ 1,3 bilhão em 1999 para R\$ 35,6 bilhões em 2014.

De fato, este regime fiscal se revelou um modelo de sucesso no Brasil, rendendo desde 1999 até hoje mais de R\$ 340 bilhões em royalties e participação especial. Pelos critérios da Lei do Petróleo de 1998 e da regulação que rege o setor, a distribuição desta arrecadação se baseia na compensação financeira aos governos das regiões produtoras de petróleo. Assim, os principais beneficiários foram os Estados produtores como Rio de Janeiro e Espírito Santo e municípios como Campos dos Goytacazes e Macaé, que confrontavam a enorme produção marítima da Bacia de Campos.

Em 2007, a descoberta das reservas de petróleo e gás sob a camada pré-sal nas bacias de Campos e Santos reabriu o debate nacional sobre a distribuição das participações governamentais geradas pela exploração destes novos campos, com vistas à descentralização da receita. Em 2010 foi aprovado o modelo de partilha que terminou com as participações especiais e criou como critério de escolha do vencedor do leilão quem daria para a União o maior excedente de petróleo. O modelo da partilha concentrou mais as receitas na mão da União. As estimativas de gigantescas reservas disponíveis para serem desenvolvidas colocaram o país diante de uma extraordinária reserva econômica e de uma importante fonte de novos recursos públicos na forma dos royalties.

A produção do pré-sal começou a contribuir para a produção brasileira a partir de 2010 e obteve um crescimento explosivo nos campos de Lula e Sapinhoá, que compensou as taxas de declínio dos campos maduros do pós-sal na Bacia de Campos no mesmo período.

No entanto, a situação dos cofres públicos passou por problemas a partir de 2014. A partir desse ano, sobreveio um período que começou com uma queda brusca dos preços do petróleo para níveis até 60% mais baixos, afetando toda a arrecadação a partir de 2015. No período de maior arrecadação, a União e os governos dos Estados produtores não fizeram um bom uso dos recursos e houve desperdício de uma oportunidade de investimento produtivo, e até do acúmulo de poupança, sendo que alguns entes federativos entraram em crise financeira com a queda desta receita. A falta de vinculação da renda petrolífera foi entendida pelas esferas de governo como parte integrante dos seus orçamentos, usando-as com gastos para o custeio da máquina administrativa, como se fossem tributos.

Melhor seria destinar os recursos obtidos com a compensação para formar um fundo sob gestão do BNDES

O mal gasto desta renda, tal como foi feito, para financiar gastos correntes está em desacordo com os fundamentos para a cobrança dos royalties, que são de compensar os proprietários do recurso por esse ser esgotável e, portanto, uma arrecadação imprevisível e finita. É preciso realçar que o objetivo básico da cobrança sobre a exploração de recursos naturais é fornecer uma compensação futura pela exploração presente de um recurso exaurível. Por se tratar de um recurso não renovável, a gestão da renda deve ser realizada de modo a direcionar tais recursos para investimentos caracterizados por capital humano e reprodutível.

Tais investimentos devem ser feitos em diversificação da base produtiva, visando garantir a sustentabilidade econômica e o comprometimento com a justiça intergeracional. Atualmente, com exceção da parcela dos repasses dos royalties direcionados ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicado à indústria do petróleo, a legislação atual não contempla o uso dessa renda para projetos que garantam benefícios de longo prazo.

Mesmo ainda sendo considerados ricos pelo critério da renda per capita, comparando-se com a média dos municípios de mesmo porte, os municípios beneficiados nem sempre têm aplicado os recursos provindos dos royalties para solucionar os impactos negativos provocados pela atividade de E&P. Inúmeros estudos analisaram a aplicação dos royalties de petróleo em municípios beneficiados e chegaram à conclusão que muitos deles não utilizaram essa arrecadação para promover o desenvolvimento de suas regiões, obtendo muitas vezes desempenho econômico abaixo da média nacional.

O resultado é que esses municípios apresentam as mesmas deficiências das outras cidades brasileiras não beneficiadas, como fornecimento de serviços insuficiente e de baixa qualidade, problemas de infraestrutura urbana, déficit de habitação e educacional, dentre outros.

Para corrigir este grave erro do passado, cabe ao nosso governo, beneficiado com a renda petrolífera, utilizá-la daqui para frente de maneira eficiente, promovendo o desenvolvimento das regiões e a melhora dos indicadores socioeconômicos. O melhor seria destinar algo como 80% dos recursos da compensação de petróleo e gás natural para constituir um fundo federal, administrado pelo BNDES, enquanto os 20% restantes ficariam a cargo da administração direta dos prefeitos. O fundo renderia dividendos pro-rata para as prefeituras através de uma cota de participação e financiaria os projetos apresentados por Estados e municípios que comprovadamente servissem para compensar os impactos socioeconômicos e ambientais presentes e futuros das atividades petrolíferas.

Desta forma, o destino a ser dado à exploração da riqueza do pré-sal e da produção brasileira em geral será uma nova oportunidade, uma segunda chance para refletir e revisitar diversos aspectos da distribuição de rendas públicas no Brasil. Em 2018, a recuperação do preço da commodity e a perspectiva do retorno da arrecadação de participações governamentais trazem promessas para que estes recursos sejam usados com sabedoria, o que não tem sido o caso até hoje. Este modelo serviria de estabilizador de receitas para gerações futuras e impediria que toda a riqueza vá para o ralo em gastos imediatistas e populistas.

Adriano Pires é diretor do Centro Brasileiro de Infra Estrutura (CBIE)

VEÍCULO: O Valor

Seção:

Autor: Camila Maia, Rodrigo Polito, André Ramalho e Rodrigo Carro

Título: MME prorroga atendimento da Eletrobras a subsidiárias

O Ministério de Minas e Energia (MME) deve postergar para 31 de dezembro o prazo limite em que a Eletrobras prestará serviços na operação das distribuidoras colocadas à venda. A informação consta de ofício enviado pelo secretário-executivo da pasta, Márcio Félix, ao presidente da estatal, Wilson Ferreira Junior.

De acordo com o ofício, como o processo de privatização das distribuidoras sofreu atrasos, o edital deve ser divulgado hoje. A expectativa é que o leilão aconteça 37 dias depois da publicação do documento, o que seria no fim de julho. A transferência do controle acionário só deve acontecer 90 dias depois da realização do leilão.

Como o prazo final para prestação de serviços da Eletrobras nas distribuidoras terminaria em 31 de julho, será necessário postergar o período para até o fim de 2018 ou até a entrada de um novo concessionário. Caso o leilão não seja realizado em julho, a Eletrobras precisará aprovar, em assembleia de acionistas, a postergação do prazo para a transferência do controle nas distribuidoras, que também vence em 31 de julho. Caso contrário, as empresas teriam que ser liquidadas, gerando despesas estimadas em R\$ 21,5 bilhões.

Conforme antecipado pelo **Valor PRO**, serviço de informações em tempo real do **Valor**, o edital deve prever a entrega de propostas pelas concessionárias no dia 19 de julho. A licitação deve acontecer no dia 26 de julho. Ontem, o presidente do BNDES, Dyogo Oliveira, reafirmou que o edital deve ser publicado hoje.

Segundo ele, o projeto de lei que traz mudanças legislativas necessárias à privatização das distribuidoras é o "elemento principal" para a realização do leilão. "Se tiver o projeto de lei, melhora muito a condição e o valor das empresas. Sem o projeto de lei tememos que, principalmente a Amazonas Energia, talvez não tenha tanto valor, talvez tenha-se dificuldade de vender a distribuidora do Amazonas. Mas, independente disso, as outras distribuidoras poderiam ir a leilão", disse o presidente do banco.

Ontem, o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos publicou, no "Diário Oficial da União", resolução que trata das condições de transferência do controle acionário detido pela Eletrobras nas seis distribuidoras: Boa Vista Energia (RR), Ceal (AL), Ceron (RO), Cepisa (PI), Eletroacre (AC) e Amazonas Energia (AM).

Segundo Oliveira, a resolução traz apenas "pequenas adaptações no texto" em relação a documentos anteriores. "O conteúdo já estava ajustado entre as nossas equipes", disse. Ele afirmou ainda que "muitas empresas" já procuraram o BNDES, interessadas no leilão.

Em outro processo de privatização, o Tribunal de Contas da União (TCU) solicitou esta semana à Eletrobras a prestação de esclarecimentos para o cálculo do valor proposto para a venda da participação da empresa em 70 sociedades de propósito específico (SPEs) em linhas de transmissão e projetos de geração eólica.

O tribunal também indicou possível conflito de interesse na venda da participação da estatal na Intesa, SPE de transmissão que ficou de fora do leilão, para a Equatorial Energia, concluída em 2017. A preocupação se deve ao fato de o BTG Pactual, responsável pela assessoria financeira na venda das SPEs, ter participação na Equatorial.

O **Valor** apurou que, internamente, a Eletrobras prevê leiloar as participações nas 70 SPEs entre agosto e setembro. **(Colaborou Edna Simão, de Brasília)**

VEÍCULO: O Valor

Seção:

Autor: Andrea Jubé e Carla Araújo

Título: Sancionada venda direta do óleo do pré-sal

O presidente Michel Temer sancionou, sem vetos, a lei que autoriza a estatal Pré-Sal Petróleo (PPSA) a vender o óleo do pré-sal diretamente para empresas, sem a necessidade de intermediários. A estatal poderá comercializar parte do óleo devida à União na exploração de campos do pré-sal tendo como base o

regime de partilha, em vigor desde 2010. Antes a venda só era possível por meio de agentes.

Durante a votação no Congresso, a oposição conseguiu excluir artigo que dizia que a PPSA só venderia a produção por preço inferior ao estabelecido pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) se não aparecessem interessados na compra. Do contrário, o preço deveria ser o de mercado. Para a oposição, isso impedia a venda de combustível mais barato.

VEÍCULO: O Valor

Seção:

Autor: Renato Rostás

Título: Americanos dependem do alumínio do Brasil, diz Abal

Os Estados Unidos não são e não serão por um bom tempo autossuficientes na produção do alumínio que consomem e, por isso, precisam do metal fabricado no Brasil, opina Milton Rego, presidente da Associação Brasileira do Alumínio (Abal). Por isso, a sobretaxa de 10% da seção 232 não terá poder de barrar o Brasil, apesar de encarecer seu produto.

Rego afirma que, na média, o alumínio brasileiro é mais competitivo do que o americano por conta dos acordos de energia mais barata que parte da indústria conquistou no país. Um bloco, contudo, vence no ano que vem, com o restante terminando ao longo da próxima década. Por isso, o setor briga para que haja uma política que torne a energia brasileira menos custosa.

"Atualmente, não adianta ser competitivo localmente, como algumas empresas são. Ou você ganha competitividade em âmbito global, ou perde mercado", opina o presidente da Abal. "Por lá, eles devem retomar alguns projetos que estavam parados, mas duvido que invistam em novas plantas. Por isso, continuamos exportando aos EUA."

A energia elétrica mais que dobrou sua participação dentro do custo de produção do alumínio primário nos últimos 15 anos. Atualmente, representa quase 70% do total e é, de longe, o insumo mais relevante do setor.

Um novo desdobramento político brasileiro, contudo, atrapalha a estratégia das fabricantes de enviar produtos aos EUA. A redução da alíquota do Reintegra - programa federal de recompensação por resíduo tributário a exportadores - para 0,1% reduz o potencial ganho das empresas com essa atividade.

"Acho que tem que ficar claro que parte do que exportamos do Brasil é só imposto. É ICMS entre Estados, PIS/Cofins, tributo ao longo de toda a cadeia",

comenta Rego. "Se não for Reintegra, seria muito importante a reforma tributária brasileira para resolver essa questão. Mas isso só seria possível com um governo que tivesse maioria no Congresso e em início de mandato."

Atualmente, cerca de 30% do alumínio primário produzido no Brasil é vendido ao exterior. No caso de semielaborados, a proporção cai, para 15%.

O presidente da Abal conta ainda que os desdobramentos recentes do cenário brasileiro estão colocando em risco o crescimento do mercado neste ano. A previsão formal da associação ainda é crescimento entre 5% e 7% no consumo, mas agora há "certeza de que não será atingida".

A greve dos caminhoneiros, por exemplo, pode ter reduzido em até 6% o giro financeiro total do setor, que é de R\$ 45 bilhões anualmente - ou seja, com potencial de chegar a R\$ 3 bilhões em perdas. Fábricas de manufaturados tiveram de parar totalmente, algumas por falta de insumos periféricos, não pela falta de metal. A produção de primário, como não pode ser desligada, funcionou no mínimo possível em alguns casos.

Além de o retorno desses lotes não despachados estar ocorrendo de forma lenta, a tabela de frete mínimo do governo também trava as entregas do setor por conta do maior custo de transporte rodoviário, conta Rego

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: JOÃO SORIMA NETO, RENNAN SETTI, MARCELLO CORRÊA E RAMONA ORDOÑEZ

Título: Troca de comando na BRF

SÃO PAULO E RIO- Depois de perder R\$ 12,8 bilhões, ou 43% do seu valor de mercado, desde o início do ano, a BRF aposta em uma troca de comando para se recuperar. O Conselho de Administração da companhia aprovou ontem o nome de Pedro Parente, ex-presidente da Petrobras, para o cargo de presidente global da processadora de alimentos, dona das marcas Sadia e Perdigão.

A expectativa em torno da indicação do executivo fez com que as ações da empresa avançassem 3,31%, num dia em que a Bolsa fechou em baixa de quase 1%. Desde abril, o comando da BRF era ocupado interinamente pelo diretor financeiro e de Relações com Investidores, Lorival Nogueira Luz Junior. Parente já ocupava o cargo de presidente do Conselho de Administração da BRF, função que ele deve acumular durante 180 dias, quando uma assembleia geral deve propor a extensão do mandato.

O executivo saiu da Petrobras há duas semanas, em meio a um cenário de turbulência no país após a greve dos caminhoneiros e em plena discussão sobre a política de preços da Petrobras — instituída durante a sua gestão —, que repassa imediatamente ao consumidor as oscilações em variáveis como petróleo e dólar. Após sua saída do cargo, que suscitou debates sobre o risco de ingerência na companhia, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) anunciou uma consulta pública para discutir a periodicidade dos reajustes.

Nos últimos meses, a BRF enfrentou problemas de todo tipo. A empresa passou por um período conturbado de tensões entre os fundos de pensão Petros e Previ, que detêm 22% do capital da empresa, e o empresário Abilio Diniz. Parente chegou ao conselho da empresa em abril como um nome de consenso para superar as divergências. Além disso, o setor tem sofrido uma série de reveses, como resultado da Operação Carne Fraca, da greve dos caminhoneiros e da recente decisão da China de impor tarifas de até 38,4% sobre o frango brasileiro.

PERSPECTIVA DE REMUNERAÇÃO MAIOR

Segundo fonte próxima à empresa, a reunião do conselho ontem foi tranquila, porque o nome de Parente era uma unanimidade entre os conselheiros e as famílias fundadoras da Sadia. Os conselheiros já haviam decidido indicá-lo para o cargo desde sua saída da Petrobras, mas preferiram esperar algumas semanas para não gerar constrangimentos no mercado. Fontes próximas ao executivo afirmaram que ele foi convencido a aceitar o cargo na última quarta-feira.

— A missão dele agora é reencontrar urgentemente o caminho do crescimento, já que a empresa está com uma capacidade ociosa superior a 20%. O mais importante é trazer para a empresa uma visão de longo prazo condizente com uma indústria de cadeia longa — afirmou um acionista. Na BRF, Parente tende a ganhar mais do que recebia na Petrobras.

A previsão da remuneração total da diretoria, de acordo com o formulário de referência da empresa de alimentos enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para este ano, é de R\$ 77,1 milhões para seus seis membros, representando um ganho médio de R\$ 1,07 milhão por mês. Na Petrobras, são previstos R\$ 24,9 milhões de remuneração total para seus oito diretores em 2018, ou cerca de R\$ 260 mil por mês. Os valores vão além de salários, incluindo todos os benefícios (como participação em resultados) e uma eventual multa por rescisão de contrato.

AUTORIZAÇÃO DA COMISSÃO DE ÉTICA

Parente recebeu ontem autorização da Comissão de Ética Pública para assumir o cargo. A avaliação é que a BRF atua em mercado completamente distinto do da Petrobras. Dessa forma, o executivo foi dispensado da exigência de cumprir período de quarentena. No comunicado sobre a troca de comando, a BRF informa que Parente “liderará o processo de reorganização da companhia, em especial o preenchimento de posições chaves e questões ligadas à governança”.

O conselho aprovou ontem a criação do cargo de diretor presidente global de Operações, que será ocupado por Lorival Nogueira Luz Junior, que se reportará diretamente a Parente. O economista Fábio Silveira, sócio-diretor da MacroSector, observa que o novo presidente da BRF assume em um momento delicado não só para a empresa, como para o setor de aves, que tem sofrido com a elevação de preços de milho e soja.

Segundo ele, além do câmbio, essas commodities estão caras porque os mercados futuros têm apostado na alta das cotações, embalados pela expectativa de maior demanda da economia global. — A rentabilidade no mercado de frango continuará prejudicada. O que o setor vai enfrentar no próximo ano não é um desafio trivial. O setor terá de ter muita proteção contra variações da taxa de câmbio. Não pode errar nas avaliações de risco — afirma Silveira, acrescentando que a empresa terá de recuperar sua imagem após a Operação Carne Fraca.

— A BRF terá de investir em marketing, procedimentos, governança, transparência e compliance. Vai ter que dizer tintim por tintim como se produz frango no Brasil. Tem que ter a máxima transparência possível. Do ponto de vista profissional, Parente é visto como um executivo experiente. Já foi presidente da Petrobras e da Bunge, e foi ministro três vezes no governo Fernando Henrique Cardoso. O que gera questionamentos no mercado é a expectativa de reverter a crise em um período de tempo relativamente curto, uma tarefa difícil diante do tamanho dos problemas no setor.

— Parente tem capacidade de atrair instituições financeiras para financiar os ciclos de uma companhia, e isso vai ajudar muito no caso da BRF, que é uma empresa muito endividada (sua dívida bruta era de R\$ 21,3 bilhões em março). Portanto, não deve faltar capital para financiar seu projeto. A questão é qual será esse projeto e qual a velocidade de recuperação da companhia — analisa Adeodato Volpi Netto, especialista em mercado de capitais da Eleven Financial.

Ele lembra que a BRF se expandiu no exterior e em alguns mercados, como o do Oriente Médio, com os produtos halal (em que o processamento e o consumo dos alimentos seguem as tradições muçulmanas), mas acabou perdendo margem ao praticar preços baixos.

INDÚSTRIA VOLTADA PARA O VAREJO

Para Pedro Paulo Silveira, economista-chefe da Futura Investimentos, um dos grandes desafios de Parente será alinhar as expectativas dos acionistas, que se desentenderam depois de dois prejuízos consecutivos, e brigaram pelo poder na BRF: — Mesmo ele sendo um nome de consenso, a prática pode se mostrar diferente numa indústria voltada para o varejo, que produz de lasanha congelada a mortadela e pizza.

O economista lembra que quadros importantes da empresa, formados na Sadia e na Perdigão, empresas que deram origem à BRF por meio de uma fusão, deixaram a empresa nos últimos meses. Formar um novo time de especialistas nesse segmento — e retê-los — é outro ponto crucial. Na Petrobras, a estratégia de Parente foi vender ativos, estabelecer uma política de preços alinhada com o mercado internacional e melhorar a governança da companhia, atolada em denúncias de corrupção.

Na BRF, o caminho a ser tomado não está tão claro. E, antes mesmo de ter um plano, será preciso formar lideranças, já que muitos cargos importantes estão vagos. Para Glauco Legat, analista-chefe da Spinelli Corretora, uma alternativa seria considerar alianças estratégicas e fusões no setor. Legat avalia que avançar em mercados como União Europeia e China será crucial para a empresa: — É preciso lembrar que a BRF não está na situação em que a Petrobras estava.

Além disso, a população mundial continua crescendo, e a demanda por alimentos deve continuar se expandindo. E o frango é uma das proteínas mais baratas.

VEÍCULO: Correio brasiliense

Seção: Economia

Autor: Rosana Hessel

Título: Edital da Eletrobras sai hoje

O governo publica hoje o edital com os detalhes do leilão de seis distribuidoras da Eletrobras que atuam nos estados do Acre, de Alagoas, do Amazonas, de Roraima, de Rondônia e do Piauí. A previsão é de que venda ocorra entre 26 e 27 de julho, na Bolsa de Valores de São Paulo (B3).

As distribuidoras são deficitárias e não têm mais capacidade de investimento. Em 2017, tiveram prejuízo de R\$ 4 bilhões, o que contribuiu para que as contas da Eletrobras fechassem no vermelho em R\$ 1,7 bilhão, de acordo com o secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, Fernando

Antonio Ribeiro Soares. Ele lembrou que, sem a venda dessas empresas, os consumidores dos demais estados terão de arcar com o prejuízo.

O modelo para o leilão, segundo Soares, terá uma tarifa teto para ser cobrada e vencerá quem oferecer o menor valor em relação a esse preço. A metodologia permite que o vencedor consiga investir durante os primeiros cinco anos. “A expectativa é de que, após os investimentos, o preço ao consumidor caia, ficando em linha com a média nacional”, explicou. A Eletrobras terá a opção de participar do negócio com até 30% do capital social do controlador.

O leilão, no entanto, ainda depende do Projeto de Lei nº 10.332 que tramita no Congresso Nacional. O pedido de urgência para análise do projeto, no entanto, não conseguiu espaço na pauta da Câmara dos Deputados nesta semana. O PL 10.332 substituiu a Medida Provisória 814, que previa a venda dessas distribuidoras e caducou em 1º de junho.

O leilão, no entanto, ainda depende do Projeto de Lei nº 10.332 que tramita no Congresso Nacional. O pedido de urgência para análise do projeto, no entanto, não conseguiu espaço na pauta da Câmara dos Deputados nesta semana. O PL 10.332 substituiu a Medida Provisória 814, que previa a venda dessas distribuidoras e caducou em 1º de junho.